

Ato com Renan Santos tem queima de fogos proibida e prejudica aulas na PUC

Aglomerado teve rojões de alto impacto, bloqueio de vias e reforço de segurança; aulas atrasaram até 50 minutos

Por **Moara Semeghini**

Uma queima de fogos de artifício com estampido, prática proibida por leis municipal e estadual, marcou o ato político do candidato à Presidência da República Renan Santos (MBL) na noite de quarta-feira (23), na entrada do Campus 1 PUC-Campinas. A manifestação, concentrada na rua em frente aos bares universitários, causou forte algazarra, bloqueou vias de acesso e prejudicou o andamento das aulas no campus.

Apesar de as atividades acadêmicas não terem sido formalmente suspensas pela universidade, o barulho excessivo e a retenção do trânsito no entorno inviabilizaram a concentração nas salas e causaram grandes atrasos. Relatos de alunos apontam que o bloqueio nas vias do entorno fez com que estudantes atrasassem em até 50 minutos para chegar às salas de aula.

Vídeos registrados nas redes sociais mostram o mo-



REPRODUÇÃO/ARQUIVO PESSOAL

Reprodução de vídeo mostra a entrada do Campus 1 da PUC-Campinas tomada por fumaça e pelo barulho de fogos de artifício durante ato do candidato Renan Santos na noite desta quarta

mento em que apoiadores acenderam sinalizadores e soltaram rojões de alto impacto na via pública. Diante do tumulto do lado de fora, a equipe de segurança da PUC precisou reforçar as portarias para impedir o ingresso de manifestantes e o estacionamento não autorizado de veículos da comitiva dentro da instituição.

ILEGALIDADE E RISCO

A soltura de fogos com estalo e estampido é banida em Campinas pela Lei Municipal nº 15.433/2017 e pela Lei Estadual nº 17.389/2021, que preveem multas e fiscaliza-

ção devido aos riscos a idosos, pessoas no espectro autista, enfermos e animais. Além do transtorno ao ambiente acadêmico, frequentadores destacaram o risco da algazarra devido à proximidade do local com o Hospital Madre Theodora. A professora e escritora Regina Pedroso, mãe de uma aluna da graduação de Cinema da PUC, indignou-se com o descumprimento da legislação e confirmou ter acionado a Justiça Eleitoral.

“Fico indignada com a campanha de um candidato à Presidência infringir a lei, soltando rojões, não respeitando pessoas sensíveis e animais

silvestres da região com o barulho provocado. Fecharam também as vias de acesso em frente à universidade. A segurança lá foi reforçada porque a bagunça foi na frente e eles não tinham autorização para entrar”, declarou Regina.

Estudantes relataram que o volume dos rojões e das caixas de som tornou o ambiente insuportável para o aprendizado. O Diretório Central dos Estudantes (DCE) da PUC-Campinas publicou notas de repúdio nas redes sociais.

Participantes de eventos acadêmicos também criticaram a falta de intervenção policial na via pública. Um

funcionário da universidade, sob condição de anonimato, pontuou que a contenção da segurança evitou males maiores no ambiente interno: “A universidade teve que reforçar a segurança nos portões para garantir que não iriam tentar estacionar aqui dentro. Dei aula normalmente e alunos comentaram que estava fraco o tal evento, que ficou na rua, na frente dos bares. Se eles queriam alguma confusão, não conseguiram”, relatou.

O partido Missão e a assessoria da PUC Campinas não responderam aos contatos da reportagem.

Dano ambiental: MP trava luz em parque de Barão e Prefeitura tira postes

Por **Moara Semeghini**

O Ministério Público de São Paulo determinou que a Prefeitura de Campinas apresente, em até 30 dias, um cronograma para a desativação e remoção dos postes de iluminação instalados ao longo da pista de caminhada do Parque Ecológico Prof. Hermógenes Leitão Filho, em Barão Geraldo. A medida integra o inquérito civil que apura os impactos da iluminação artificial sobre a fauna local. Em despacho assinado em 1º de setembro de 2026, a promotora Luciana Ribeiro

Guimarães Viegas de Carvalho registrou que, embora o município tenha desistido de iluminar a trilha, a estrutura já se encontrava instalada. Por isso, a Prefeitura terá que comprovar a retirada física dos equipamentos, esclarecer a contradição sobre a altura dos postes (de 5m ou 12m) e detalhar as regras para a luz que permanecerá na área de convivência, como uso de tecnologia cut-off, sensores e desligamento automático.

Vitória para a preservação A investigação teve origem em representação protoco-



CARLOS BASSAN/PREFEITURA DE CAMPINAS

Parque Ecológico Prof. Hermógenes Leitão Filho, em Barão Geraldo

lada em 25 de junho de 2025 pelo vereador Wagner Romão (PT), ao lado de pesquisadores da Unicamp e ambientalistas. “Conseguimos uma vitória importante em nome da preservação ambiental, da biodiversidade e das aves migrató-

rias. Foi uma disputa de mais de um ano com a Prefeitura. O Ministério Público agora pede o cronograma de remoção e exige regras na área de convivência para que a luz não atrapalhe os animais. É um grande precedente para os parques de

Campinas”, afirmou Romão.

PREFEITURA

A Prefeitura informou que os 114 postes de LED começaram a ser instalados em 2025 a pedido dos frequentadores por segurança. A administração afirmou ter proposto a criação de “ilhas de refúgio” sem luz e o desligamento total às 20h, mas não houve acordo. Diante da retirada da estrutura da pista, o município anunciou que o parque passará a fechar mais cedo para aproveitar a luz natural: o encerramento, que ocorria às 20h, passará para as 18h no outono/inverno e 19h na primavera/verão. A iluminação ficará restrita a espaços sociais, como sanitários e playground. Uma reunião na próxima semana definirá o cronograma de remoção e a data em que o novo horário entrará em vigor.